



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

ATA 05/2017

Aos dez dias do mês de maio de 2017 reuniram-se na Sala dos Conselhos Municipais, situada na Rua Nestor Frederico Henn 1645, em Vera Cruz, para reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde tendo os seguintes conselheiros: Gilson Carlos Jaeger, Iris Lenz Ziani suplente de Daniela Schneider, Eliana Maria Giehl, Ana Paula Regert, Leandro André Haas, Janaina Cristina Ludtjohann da Cunha, Jorne Silvio Petry, Alfeu Hepp, Erich Schneider de Oliveira, Derli Vieira Borges, Lígia Maria Rieck e Sandro de Lima Schipper e sua suplente Aline Kessler. Estava presente também o contador da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, Carlos I. Tamara Ziani. O conselheiro presidente gestão do ano 2017-2018, Erich Schneider de Oliveira, saudou os presentes, apresentou a pauta e solicitou a Iris realizar a leitura da ata. Após lida foi aprovada por unanimidade pelos presentes. O presidente solicitou ao Carlos realizar as explicações sobre a questão dos percentuais e origem dos recursos que compõe o Fundo Municipal da Saúde. Carlos explicou detalhadamente as receitas que compõe o Fundo, ressaltando que nem todas as receitas contabilizam para o mesmo. Explicou que os rendimentos não contabilizam para o percentual da saúde. Apresentou que o previsto do ano no orçamento é de R\$ 79.712.294,43 e no período (primeiro quadrimestre) foram R\$ 25.947.022,44. Apresentou o balancete da receita do primeiro quadrimestre onde constam a descrição das receitas e seus respectivos valores previstos do líquido, arrecadação do período, a arrecadação anual e a diferença no período, tudo no montante dos recursos próprios do município. Derli questionou se desses são pagos os profissionais da saúde. Eliana e Carlos esclarecem que além desses recursos tem os provenientes do ente estadual e federal, como também tem recursos federais e estaduais que são usados para o pagamento dos profissionais, isso depende de cada programa. Foram dados exemplos de alguns programas. Leandro então questiona que o percentual investido em saúde, que é divulgado são das receitas exclusivas da saúde. Eliana coloca que o município gasta além do que é previsto na cidade. Carlos ressalta que a previdência não pode ser pago dos recursos vinculados. Foram realizados vários questionamentos por vários conselheiros e todos foram esclarecidos, referente aos recursos próprios do orçamento. O presidente agradeceu o Carlos por vir esclarecer os questionamentos e o mesmo se colocou a disposição no seu setor para quando um conselheiro estiver com dúvidas. Prosseguindo Erich, solicitou para que Gilson esclarecesse sobre a questão 4.4 que ficou pendente referente ao Relatório de Atividades Anual dos Recursos Estaduais – Incentivos Conforme Portaria /SES 404/2008, quanto a participação de alguma rede temática que não foi bem compreendida. Gilson esclareceu que e é em relação ao atendimento das pessoas em surtos que chegam no Hospital e os mesmos são atendidos. Conselheiros questionam que um tempo atrás tinha no contrato com o estado o hospital teria dois leitos psiquiátricos. Gilson relata que já pediu ao estado a exclusão desses leitos pois não tem como se responsabilizar sobre esses pacientes, não possuem infraestrutura para esse atendimento. Relata que não é porque não quer atender, mas não tem a disposição médico psiquiatra, e o montante recebido é muito aquém do custo real. Eliana ressalta que o atendimento é em situação emergencial, até o paciente receber a transferência. Lígia coloca que o município tem um só hospital, e é neste município que o mesmo mora, então deve ter atendimento pelo hospital. Gilson esclarece quem o paciente é atendido, mas, depois encaminhado para a referência e quem faz a regulação psiquiátrica é o Hospital de Candelária. Gilson coloca que quem faz a transferência é o CAPS e este não atende depois das 17h30min e nem de noite e muito menos nos finais de semana. Eliana coloca que as referências são o Hospital de Rio Pardo e de Candelária, falou que esta negociando com o HVC e se reunindo com todos os envolvidos, salientou que Hospital é para atender o paciente até se conseguir uma internação nos hospitais de referência. Gilson relatou um exemplo de um usuário que já teve várias internações (44 internações), que o problema é familiar, colocou que não há um trabalho de redução de danos. Eliana relata que existe um trabalho de redução de danos, que esse trabalho é vagaroso, salienta que estão como secretaria tentando trabalhar em equipe com o Hospital, pois não é coerente o município investir dinheiro e não estar sendo eficaz e eficiente o serviço prestado.

Gilson na oportunidade que o Hospital não será omissa a situação. Erich coloca que é importante essa negociação para que o usuário seja bem atendido. Eliana relatou que em relação ao atendimento da criança e do adolescente também deverá ser feito aqui no município e não mais será atendido no CAPSIA de Santa Cruz do Sul, onde hoje temos 23 casos ativos. Sandro questiona sobre a informação que terá somente quatro horas semanais de psiquiatra para o atendimento das crianças e adolescentes, e se já existem 23 ativos que retornarão para o município mais os que estão a espera, não dará conta no atendimento. Eliana coloca que não são quatro horas e sim foi ampliado mais quatro horas. Erich afirma o entendimento que são as dez horas que a psiquiatra já tinha acrescidos de mais quatro horas totalizando 14 horas semanais. Janaína ainda ressalta que se por acaso ainda haverá necessidade de atendimento fora desse horário, é necessário contatar o CAPS e solicitar o atendimento urgente. A ideia é de não misturar as crianças e os adolescentes com os adultos que acontecem no CAPS já que o município tem o C-AME que trabalha com o atendimento das crianças e dos adolescentes. Eliana ressalta que é uma construção que se está fazendo entre o CAPS e o C-AME, pois deverão trabalhar em conjunto. Eliana também colocou que está sendo feito o estudo de um projeto e se fazer um CAPSIA regional em Vera Cruz, onde o mesmo estará contemplando Vale do Sol, Herveiras, Sinimbu e Gramado Xavier. Foi lembrado que o número de habitantes devia ser de setenta mil habitantes. Eliana esclarece que a Coordenadoria disse que há possibilidade já que Santa Cruz não atenderá mais, e Rio Pardo e Candelária já tem esse serviço, ficando assim esses quatro municípios no meio, portanto a grande possibilidade de se conseguir trazer para Vera Cruz, mas é necessário fazer o estudo de todo impacto financeiro e a viabilidade de infraestrutura do mesmo. O processo está em estudo e depois tramitará. Na sequência, Erich informou que vieram mais orientações sobre a questão dos delegados a serem eleitos na 1ª CMSMu de Vera Cruz/RS, e para isso é necessário a alteração no Regimento Interno da 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES de Vera Cruz – 1ª CMSMu/RS, do dia 16 de maio de 2017, com início às 13 horas, na Comunidade Evangélica. Após a alteração do artigo 12 no Regimento Interno os conselheiros aprovaram por unanimidade dos conselheiros. Erich solicitou que cada um dos representantes se coloque em um eixo. Alfeu disse que ele não poderá participar e é difícil alguém da ACISA participar. Após várias colocações ficou assim definido: Eixo I – a Fundação Dr Jacob Blesz; Eixo II – Associação dos Moradores Arco-iris; Eixo III- Liga Feminina de Combate ao Câncer; Eixo IV- Rotary; Eixo V- Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Moradores do Bairro Imigrante e comunidade de Linha Henrique Davila. Ainda foi acertado alguns detalhes para a Conferência. Prosseguindo, foi lido o ofício 11 do COMDICA, onde solicita um representante do CMS para participar na elaboração do Plano Municipal da Criança e do Adolescente, ficando definido Sandro de Lima Schipper como titular e Ligia Maria Rieck como suplente para representar o CMS. Na sequência foi relatado sobre a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST de Vera Cruz/RS que está organizando o calendário para campanha com orientações preventivas. Na sequência a Secretaria Municipal de Saúde e conselheira, Eliana Maria Giehl, apresentou que a necessidade do CMS apreciar e deliberar sobre a Pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores de 2017– SISPACTO. A mesma apresentou uma série histórica desde do ano 2011 até 2016 e a projeção até o ano 2021. Após a discussão de todos os indicadores referente ao ano 2017. Após a análise e sanadas as questionamentos os conselheiros aprovaram por unanimidade a Pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o ano 2017– SISPACTO. Na sequência o Conselheiro Gilson, trouxe uns documentos do Hospital Vera Cruz e entregou para o presidente e solicitou para o conselho fornecer um atestado de pleno regular funcionamento. Erich colocou que os mesmos deverão ser analisados e apreciados pelo Conselho. Alguns conselheiros lembraram que poderia ser analisado anteriormente pela comissão. Ficando naquele momento formado e aprovada a Comissão de Finanças constituída pelos conselheiros Derli Borges, Erich Schneider de Oliveira, Ligia Maria Rieck e Gilson Carlos Jaeger e a Comissão de Normas e Legislação constituída pelos conselheiros: Leandro André Haas, Erich Schneider de Oliveira, André Maieski e Ana Paula Regert. A Comissão de normas irá avaliar os documentos até a próxima reunião. Sem mais nada a tratar o presidente Erich, encerrou a reunião convocando a todos para o dia 16 de maio na Conferência e para o momento, eu, Iris Lenz Ziani, Conselheira suplente, lavro a

presente ata que após aprovada será assinada por mim, pelo presidente e demais conselheiros. Vera Cruz, 10 de maio de 2017.

ERICH SCHNEIDER DE OLIVEIRA
Presidente do CMS 2017-2018